

OS AÇORES NA UNIÃO EUROPEIA



Comissão Europeia
Gabinete em Portugal - Largo Jean Monnet, 1 - 10.º 1200 LISBOA

Textos terminados em Janeiro de 1994

Ilustrações: Anne Howeson - Lionel Koechlin
Fotografias cedidas pelas Comissões de Coordenação Regional no Continente, pelo Gabinete do Subsecretário Regional da Cooperação Externa da R.A. dos Açores e pela Direcção Regional para os Assuntos das Comunidades Europeias da R.A. da Madeira

Editor: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias
Luxemburgo, 1994

© CECA - CEE - CEEA, Bruxelas · Luxemburgo, 1994
Reprodução autorizada com menção da fonte, salvo para fins comerciais

Impresso em Maio de 1994

Depósito Legal N.º 78244/94

Composição e Impressão
Gráfica Monumental, Lda. - Lisboa

ÍNDICE

A União Europeia ao serviço das Regiões	2
Os Açores na União Europeia	6
Quadro Comunitário de Apoio	7

A UNIÃO EUROPEIA AO SERVIÇO DAS REGIÕES

Composta por 12 Estados membros, com uma população que ultrapassa os 340 milhões de habitantes, a União Europeia (UE) é hoje uma grande potência. Produto de uma história e de uma geografia extremamente diversificadas, as regiões que a compõem apresentam diferenças notáveis entre si. Ora, se bem que a diversidade interna da União tenha sido desde sempre considerada como uma das suas principais riquezas, a existência de disparidades de desenvolvimento gritantes entre as diversas regiões poderia comprometer a própria União. A coesão interna representa assim um dos principais objectivos da construção europeia.

A diversidade das regiões, uma riqueza preciosa para a Europa

As regiões da UE apresentam múltiplas facetas. Uma são ricas e outras pobres, umas grandes e outras pequenas, umas têm carácter industrial e outras rural. Não são comparáveis os problemas que se colocam às zonas montanhosas, às regiões costeiras ou às grandes planícies agrícolas, às regiões fortemente urbanizadas ou que enfrentam problemas de reconversão industrial. Estas diversidades conduzem a uma variedade de culturas e experiências.

Mas as diferenças não são apenas de natureza geográfica, sociológica ou económica: são também institucionais. As regiões estão inseridas em Estados de estruturas variadas: federais, descentralizados e unitários. Daí advêm diferenças de poderes e de competências, que se fazem sentir de uma região para outra e que lhes conferem um peso diferente na Europa. Com efeito, certas regiões têm competências plenas em domínios tão diferentes como o ensino, os transportes e a agricultura, enquanto outras são meras unidades administrativas, sem poderes próprios.

Mas, independentemente das grandes diferenças que as separam, a generalidade das regiões tem vindo a beneficiar com a construção europeia, em termos económicos, sociais e de desenvolvimento humano. Se bem que centrado principalmente na cooperação entre Estados, o processo de construção europeia deve também bastante às relações de toda a ordem que as colectividades de base local conseguiram estabelecer entre si para além fronteiras e que permitiram a multiplicação das trocas em todos os sectores. A supressão das fronteiras internas e a criação do mercado único proporcionaram-lhes oportunidades de



desenvolvimento que elas souberam aproveitar e que passaram, inclusivé pela criação de numerosas associações transfronteiriças.

No seio das instituições europeias, o lugar privilegiado de expressão e de participação destas entidades regionais tem sido, até agora, sobretudo o Parlamento Europeu, já que é aí que mais se tem desenvolvido a ideia segundo a qual o sucesso da integração depende estreitamente do desenvolvimento equilibrado das regiões europeias. Numerosos parlamentares foram simultaneamente eleitos para um outro mandato, por um círculo regional de um Estado membro. Este facto facilita que os eleitores identifiquem o trabalho do deputado com uma acção pela sua região.

A participação significativa das regiões no debate que precedeu a entrada em vigor do Tratado da União Europeia (Tratado de Maastricht), contribuiu para que aí fossem consagrados alguns dos anseios por elas expressos.

Desde a entrada em vigor do Tratado, as regiões têm voto directo nos assuntos da UE, através do Comité das Regiões. Composto por 189 membros, este Comité é, de facto, o órgão representativo das colectividades territoriais dos 12 Estados membros. Tem um papel consultivo sobre as grandes orientações da UE e veícula os pontos de vista das regiões quanto aos grandes «dossiers» europeus.

Mas, para além da riqueza de que beneficia graças à diversidade das suas regiões e à participação cada vez mais importante que estas têm na construção europeia, um dos desafios que se colocam à União é o de reduzir as diferenças excessivas de níveis de desenvolvimento.

A coesão interna, um objectivo primordial da construção europeia

O Tratado da União Europeia, que entrou em vigor em 1 de Novembro de 1993, confirma a prioridade dada à política de coe-

são económica e social. Esta deve contribuir para atenuar as disparidades de desenvolvimento e permitir que as regiões beneficiem da melhor maneira possível do mercado único e, futuramente, da moeda única. O imperativo de solidariedade traduz-se pela aplicação de políticas regionais ambiciosas, cujo objectivo é ajudar as regiões menos prósperas a recuperar do seu atraso, a reconverter-se ou a preservar o seu modo de vida.

Se compararmos o nível de vida dos habitantes das regiões da Europa, o das mais ricas da União — Hamburgo e Ile-de-France — é quatro vezes superior ao das mais pobres, situadas principalmente em quatro países: Espanha, Grécia, Irlanda e Portugal. É evidente que a persistência de tais disparidades pode comprometer grandemente o futuro da União. Não se trata apenas de um problema de solidariedade, mas também de uma necessidade económica para o conjunto da Europa, já que o aumento do nível de vida nas regiões menos desenvolvidas também contribuirá para aumentar a procura dos produtos das regiões mais desenvolvidas. A política regional é orientada segundo três eixos, que correspondem a três tipos bem determinados de problemas regionais:

* O desenvolvimento das regiões da periferia sul e oeste da Comunidade (dois terços de Espanha, a Grécia, o sul de Itália, a Irlanda, a Irlanda do Norte e Portugal, bem

«A participação das regiões na construção da Europa é um factor essencial para o seu sucesso. É a nossa forma de nos aproximarmos do objectivo da União Europeia que vai buscar a sua força às tradições económicas, sociais e culturais das regiões e a sua coesão ao respeito por estas tradições.»

Jacques Delors, Conferência perante o Parlamento e o Senado da Baviera, Munique, 01.02.91



como algumas regiões de França), às quais se vieram acrescentar os novos «Länder» alemães.

* A reestruturação das regiões submetidas a um fenómeno de declínio industrial (mais de 16% da população comunitária).

* A preservação de zonas rurais atrasadas ou despovoadas (5% da população comunitária).

As ajudas prestadas a título de desenvolvimento regional assentam em três princípios que são garantes da boa utilização dos fundos:

* A subsidiaridade implica que as responsabilidades devem ser exercidas o mais próximo possível das realidades locais. Em consequência, são os Estados e as regiões que definem as necessidades de desenvolvimento, a partir das quais serão elaborados os programas financiados pela Comunidade.

* A parceria implica a participação de todos os agentes — nacionais, regionais e locais — na preparação, execução e acompanhamento dos programas.

* A adicionalidade implica que a ajuda da Comunidade seja complementar relativamente aos esforços financeiros das colectividades sem a eles se substituir.

A Comunidade intervém por meio de dois instrumentos principais: o Fundo de Coesão e os fundos estruturais.

O Fundo de Coesão é destinado especificamente às infraestruturas de transporte e à protecção do ambiente e beneficiará os quatro países menos desenvolvidos da União. No período 1993-1999, o orçamento do Fundo de Coesão é de 15,1 mil milhões de ecu (mais de 2,8 mil milhões de contos, a preços de 1993).

A contribuição mais importante da União para a redução das disparidades regionais é dada pelos chamados fundos estruturais. Representam mais de 25% do Orçamento e compreendem três sectores distintos: o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo de Desenvolvimento Regional (FEDER) e o Fundo de Orientação e de Garantia Agrícola (FEOGA).

Cerca de dois terços dos fundos estruturais são consagrados às regiões prioritárias que existem em todos os Estados membros, à excepção da Dinamarca e do Luxemburgo. Para o período 1993-1999, o montante orçamental dos fundos estruturais será de 141 mil milhões de ecu (cerca de 26,6 mil milhões de contos, a preços de 1993), afectados a acções tão diversas como a formação profissional, a protecção do ambiente,

a diversificação das actividades em meio rural, o melhoramento do nível dos equipamentos em infraestruturas ou a modernização das empresas e o desenvolvimento de novas actividades criadoras de emprego.

O esforço de solidariedade da União para com as regiões mais desfavorecidas é portanto considerável. Embora representando, em 1993, apenas 0,3% do Produto Nacional Bruto do conjunto dos Estados membros, os fundos estruturais, assim como os outros meios de intervenção, constituem 3 ou mesmo 4% do PNB de certos países, dando uma contribuição apreciável para o seu desenvolvimento económico e para a melhoria do nível de vida dos seus cidadãos.

Políticas regionais ao serviço dos cidadãos

Se a realidade regional é uma dimensão reconhecida da construção europeia e se o esforço dispendido pela União em matéria de desenvolvimento regional é tão importante, isso deve-se em primeiro lugar ao facto de a acção comunitária se querer ao serviço dos cidadãos. Assim, foram criados numerosos programas comunitários que abrangem os aspectos mais diversos da vida quotidiana dos cidadãos. Os futuros protagonistas da vida das regiões devem conhecer-se e compreender-se melhor. É este o objectivo do programa ERASMUS, que oferece a estudantes de origens diferentes a possibilidade de prosseguirem os seus estudos em universidades de outros Estados membros. O programa LINGUA, por seu lado, pretende fomentar um melhor conhecimento dos idiomas da União. Mas a confrontação de ideias e de «know-how» exprime-se igualmente de maneira mais ampla no âmbito dos programas-quadro de investigação e desenvolvimento, que, como o SPRINT, permitem uma estreita cooperação entre laboratórios, universidades e empresas, particularmente as pequenas e médias empresas (PME), em projectos de tecnologia avançada.

É igualmente importante responder aos legítimos anseios dos cidadãos de viver e trabalhar nas suas regiões de origem. Neste sentido, a criação de redes transeuropeias, quer físicas como as de infraestruturas de transporte, quer imateriais como as de transmissão de informação, facilitará a prazo a integração das zonas mais isoladas ou ultra-periféricas e deverá diminuir o fenómeno de êxodo que nelas se faz sentir. É igualmente nesta óptica que o programa LEADER dá prioridade à fixação dos agricultores em zonas rurais menos produtivas, tendo em conta o seu importante papel de protectores do ambiente.

A acção em favor da criação de polos de reconversão nas regiões submetidas ao declínio das indústrias militares (programa KONVER), por via da formação e da implantação de actividades de substituição destas indústrias — turismo, por exemplo — decorre igualmente desta vontade de apoiar a fixação dos cidadãos nas suas regiões de origem.

A ajuda comunitária tem igualmente por objectivo promover o acesso ao trabalho de novas categorias de agentes económicos. É este o caso, em particular, do programa NOW, que pretende promover um acesso mais alargado das mulheres ao mundo do trabalho, nas regiões menos ricas da União. Será a participação nestas acções que permitirá que os cidadãos de todas as regiões da Europa, com as suas especificidades e as suas culturas próprias, se conheçam e compreendam melhor e façam avançar a ideia de uma Europa unida e fortalecida pela sua diversidade.

«Para se tornar eficaz, viva e mais democrática, esta Europa deverá não só unir os povos e associar os Estados-nações, mas também fazer com que as regiões participem mais activamente na vida comunitária.»

Jacques Delors, intervenção na 73^a Feira Internacional de Lyon, 06.04.91

OS AÇORES NA UNIÃO EUROPEIA

Localizado em pleno Atlântico, o arquipélago dos Açores — uma das duas Regiões Autónomas portuguesas — é composto por nove ilhas vulcânicas, todas elas habitadas e ligadas entre si por portos e aeroportos. A partir dos séculos XVIII e XIX, as mais setentrionais das chamadas ilhas atlânticas funcionaram como portos de escala dos navios que faziam a ligação entre a Europa e a América do Norte. Há várias décadas, adquiriram também uma enorme importância como etapas de trânsito de submarinos e aviões.

Os açorianos começaram a emigrar sobretudo a partir do século XIX, quando o arquipélago viveu uma situação de saturação demográfica. Embora o fluxo de emigração tenha diminuído nos últimos dez anos, os Açores têm presentemente uma população inferior à de 1864, data do pri-

meiro recenseamento realizado em moldes comparáveis aos actuais. Hoje, a maior das cinco cidades desta Região Autónoma — Ponta Delgada — tem pouco mais de 21 mil habitantes.

Com os seus 237 mil habitantes (números de 1991) distribuídos por 2.337 quilómetros quadrados (que incluem alguns pequenos ilhéus não habitados), os Açores são comparáveis à Córsega e à região espanhola da Rioja.

Desde que Portugal aderiu à UE, em 1986, a Região Autónoma dos Açores recebeu desta consideráveis apoios financeiros e técnicos, que se prevê venham a aumentar no futuro e que incidiram, em particular, nos sectores do turismo, ambiente e desenvolvimento rural.



QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO

Em vigor de 1989 a 1993, o Quadro Comunitário de Apoio (QCA) a Portugal retomou um dos objectivos do Plano de Desenvolvimento Regional Português (PDR) que consistia na correcção progressiva dos desequilíbrios internos de desenvolvimento. Abrangendo o mesmo período que o PDR, o QCA prosseguiu também os eixos estratégicos nele previstos.

Dos recursos atribuídos a Portugal no âmbito do QCA, cerca de 4% dos investimentos e perto de 6% dos apoios foram mobilizados para a Região Autónoma dos Açores, que, juntamente com a Região Autónoma da Madeira e com o Alentejo, foi uma das regiões portuguesas onde as capitações dos investimentos e apoios se situaram bastante acima das médias nacionais.

Nos Açores, o QCA incluiu, além da participação em programas de âmbito nacional — como o CIÊNCIA, o LIFE, o PEDIP e o STRIDE —, o PEDRAA (Programa Específico de Desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores) e o PNIC (Programa Nacional de Interesse Comunitário para os Açores), dois programas de âmbito regional, e o projecto de renovação da frota da companhia aérea SATA.

PEDRAA

Aprovado em Junho de 1990, o PEDRAA abrangiu domínios diversos como infraestruturas de transporte (rede viária e portos), educação, saúde, ambiente, ordenamento e saneamento básico, dinamização do investimento privado, apoio às empresas, promoção, "marketing" e, a partir de 1991, também a formação profissional, subsidiada pelo FSE.

A participação comunitária no PEDRAA atingiu os 35 milhões de contos, repartidos por dotações do FEDER (cerca de 30 milhões de contos) e do FSE (quase 5 milhões de contos).

Em finais de 1993 e só no que se refere à componente FEDER, tinham sido aprovados 331 projectos, representando um investimento total previsto de 47 milhões de contos. Entre esses projectos destaca-se a construção de infraestruturas marítimas no porto das Lajes das Flores, obra iniciada em Novembro de 1989 e destinada a dotar a ilha das Flores de condições de acolhimento de navios mercantes. Outros projectos importantes incluem a construção do novo Hospital de Ponta Delgada, o núcleo de pescas do porto da Praia da Vitória, a valorização da orla marítima de Ponta Delgada, o prolongamento do cais do porto da mesma cidade, e a concepção, projecto e construção da Escola Básica e Secundária da Madalena (ilha do Pico).



Turismo

O programa regional PNIC, cujo objectivo é aumentar a importância do turismo na economia regional, vigorou de meados de 1989 até ao fim de 1993 e contou com uma contribuição do FEDER de cerca de 12 milhões de contos, destinados a 113 projectos.

As áreas de intervenção incluíram a ampliação e modernização de uma aerogare e das pistas de alguns aeródromos, a reabilitação da rede viária, o fomento de várias formas de turismo (termal, desportivo, de conferências e juvenil) e a criação de uma estrutura de formação profissional para o sector.

Frota aérea

Concluído em Março de 1991, o projecto de renovação da frota da SATA, através da aquisição de três novas aeronaves, teve por objectivo aumentar a capacidade de oferta, adequar a frota à rede de aeroportos e às necessidades de tráfego e melhorar as condições de acessibilidade dos utentes da companhia aérea.

O contributo comunitário foi de aproximadamente 3,5 milhões de contos, ou seja, cerca de 50% da despesa prevista.

Promover a acessibilidade

Para o período de 1991 a 1993, a UE aprovou a concessão aos Açores de 2,8 milhões de contos do FEDER, para o financiamento do Programa Operacional de Desenvolvimento das Regiões Ultraperiféricas Portuguesas (Açores e Madeira), integrado no âmbito do programa de iniciativa comunitária REGIS.

Destinado a combater as desvantagens da insularidade e a promover acções urgentes no domínio das infraestruturas básicas de acessibilidade (aérea e marítima) e do ambiente, este programa operacional incluiu vários projectos, entre os quais se desta-

ca a construção da nova aerogare do aeroporto de Ponta Delgada, a ampliação da pista do aeródromo das Flores, a construção do emissário submarino de Vila Franca do Campo, a modernização dos portos de pesca de Santo Amaro e de Castelo Branco e a execução dos apoios de terra ao porto da Madalena.

Incentivos à actividade produtiva e à modernização do comércio

Através do Programa Nacional de Interesse Comunitário de Incentivo à Actividade Produtiva (PNICIAP), os Açores beneficiaram de três sistemas de incentivos, nas áreas do desenvolvimento regional, das infraestruturas turísticas e das PME. Os 241 projectos aprovados no âmbito do PNICIAP obtiveram subsídios a fundo perdido e resultaram na criação de mais de 2.600 postos de trabalho.

A fim de corrigir as assimetrias regionais no sector do comércio, foram aprovados, no âmbito do Sistema de Incentivos à Modernização do Comércio, 163 projectos, representando um valor estimado de 3,9 milhões de contos, a que corresponderá um incentivo de perto de 1,4 milhões de contos, parte do qual subsidiado pela UE.

Energia

Realizada no âmbito do programa comunitário VALOREN — que co-financia acções tendentes a melhorar as condições de abastecimento local de energia, o acesso das regiões a um mais elevado nível tecnológico e a criação de emprego—, a intervenção já concluída na área da energia resultou, nos Açores, na aprovação de 15 projectos. Dos projectos de iniciativa pública, cujo valor global foi de 1,3 milhões de contos e que contaram com uma participação de 700 mil contos do FEDER, destacam-se a remodelação do sistema hidroeléctrico da ilha Terceira e a construção dos parques eólicos das ilhas de São Jorge e Graciosa.

Três projectos apresentados por entidades privadas envolveram um investimento de 40 mil contos e contaram com um apoio de cerca de 20 mil contos a fundo perdido.

Telecomunicações

O programa comunitário STAR — cujos objectivos são a criação de infraestruturas de apoio aos serviços avançados de telecomunicações e o incentivo às empresas privadas para aquisição de meios, produção de equipamento e prestação de serviços na área das telecomunicações — encontra-se já concluído nos Açores.

No seu âmbito, foram aprovados oito projectos de iniciativa pública, no montante de 1,2 milhões de contos e que contaram com apoios variáveis até 70% do seu valor. No domínio da iniciativa privada, o STAR apoiou 15 projectos, com um incentivo a fundo perdido de cerca de 100 mil contos, para um investimento global de 205 mil contos.

O TELEMATIQUE — programa que, em articulação com o STAR, pretende promover o desenvolvimento e a utilização dos serviços avançados de telecomunicações — aprovou uma intervenção da UE na área da Saúde. Para o período de 1991 a 1993, a despesa prevista no âmbito deste programa era de pouco mais de 10 milhões de contos, para uma participação comunitária de cerca de 5,7 milhões de contos (valores a preços de 1991).

Artesanato

De Fevereiro de 1992 a Dezembro de 1994, os Açores beneficiaram de um conjunto de intervenções no âmbito do programa POSEIMA-Artesanato, cujo objectivo é promover a formação profissional e o acesso a novas tecnologias e a novos mercados. Para este programa, está prevista uma despesa pública de cerca de 600 mil contos, que conta com um compromisso de 450 mil contos do FEDER. As intervenções incluem a formação de monitores e arte-

sãos, a reciclagem de profissionais do sector, a introdução de novas tecnologias, a remodelação de instalações, a reformulação de processos de produção, a aquisição de maquinaria e equipamento, a prospecção de mercados e a promoção dos produtos.

Ambiente

A Região Autónoma foi igualmente beneficiária do programa comunitário POSEIMA-Ambiente, que, na sua componente Açores, tem por objectivos recuperar e proteger ecossistemas aquáticos com interesse ecológico e turístico — como as lagoas — e equacionar soluções com vista à intervenção institucional e técnica na gestão e controlo ambiental — no que se refere a zonas ecologicamente sensíveis do litoral, a qualidade das águas interiores e à redução da poluição associada aos resíduos sólidos, tóxicos e perigosos.

A despesa pública prevista para o período de 1993 a 1994 é de cerca de 920 mil contos, correspondendo a comparticipação da UE a 780 mil contos.

Agricultura

O Programa Específico para o Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa (PEDAP) tem sido aplicado nos Açores desde 1987. Até finais de 1993 e no âmbito do PEDAP, tinham sido investidos nesta Região Autónoma 5,7 milhões de contos, dos quais 3,9 milhões foram reembolsados pelo FEOGA. Cerca de 85% do investimento foi aplicado na construção de caminhos agrícolas e rurais, na formação profissional e no PROAGRI (Programa de Apoio ao Reforço das Organizações de Agricultores).

Com o objectivo de dar maior flexibilidade à aplicação das acções previstas e à gestão dos fundos estruturais, foi criado o PEDAA (Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Açoriana), que começou a ser aplicado no mesmo ano que o PEDAP.



Em 1991, entrou em execução o PDAPA (Programa de Desenvolvimento Agro-Pecuário dos Açores), destinado a corrigir alguns problemas específicos da agro-pecuária local, no âmbito do qual foram aprovados 393 projectos, que contaram com um contributo de cerca de 690 mil contos do FEOGA, para um investimento global de perto de 1,5 milhões de contos. Foi através do PDAPA que, em 1991, foram pagos aos agricultores açorianos subsídios de mais de 1,4 milhões de contos, comparticipados pelo FEOGA em mais de 1 milhão de contos e destinados a atenuar a perda de rendimentos causada pela seca prolongada. Entre 1987 e 1993, o FEOGA-Secção Orientação participou ainda, com mais de 4,9 milhões de contos, na concessão de ajudas directas ao rendimento (indenizações compensatórias) dos agricultores açorianos e, a partir de 1991, com subsídios no total de 2,3 milhões de contos, destinados a apoiar 777 projectos de investimento em explorações agrícolas.

No que se refere ao apoio financeiro à aquisição de equipamentos e à melhoria

das condições de processamento e comercialização de produtos agrícolas, de 1986 a 1992, a UE tinha contribuído com um total de mais de 1 milhão de contos para 16 projectos apresentados por empresas privadas e cooperativas. De entre os projectos apoiados destaca-se o que se refere a modernização de uma fábrica de lacticínios da ilha de S. Miguel, através da introdução de inovações tecnológicas.

Pescas

Entre 1989 e 1993, a UE cofinanciou, com cerca de 1,7 milhões de contos, um total de 11 projectos destinados a melhorar as condições de transformação e comercialização dos produtos da pesca e da aquacultura. Entre estes projectos destacam-se os que se referem à criação de armazéns frigoríficos para congelação e conservação de atum, à construção de novas unidades de transformação de atum — nomeadamente a construção de uma fábrica de conservas de

atum em Ponta Delgada, subsidiada em cerca de 850 mil contos, ou seja, 50% do seu custo total. Parte dos financiamentos comunitários foram aplicados na modernização das lotas e de unidades fabris, no que se refere a equipamentos, linhas de fabrico, condições de higiene, qualidade e apresentação dos produtos acabados. No mesmo período, a UE atribuiu mais de 1,5 milhões de contos a 37 intervenções que englobaram a modernização e construção de navios pesqueiros, a atribuição de prémios de imobilização definitiva e a renovação de equipamentos dos portos de pesca, enquadrando-se esta última acção no âmbito de um programa especial, que vigorou entre 1989 e 1993 e cujo objectivo consistiu em melhorar as condições de produção, conservação e comercialização dos produtos da pesca.

Em vigor entre 1992 e 1996, o Programa de Orientação Plurianual para a Pesca incluiu os objectivos do desenvolvimento da aquacultura, do ordenamento das zonas marinhas protegidas e da prospecção de novos produtos.

Banco Europeu de Investimento

De 1989 a 1993, o Banco Europeu de Investimento, a principal instituição financeira da UE, concedeu a esta Região Autónoma portuguesa 31,2 mil contos de empréstimos. Esta verba destinou-se, nomeadamente, ao co-financiamento do projecto de remodelação da frota da SATA, a investimentos nas áreas da energia, das infraestruturas de turismo e da recuperação e modernização de estradas, portos e aeroportos.

Investigação e desenvolvimento

Entre 1987 e 1992, a Universidade dos Açores, a Empresa de Electricidade dos Açores e o Governo Regional-Laboratório de Geociências e Tecnologia de Ponta Delgada estiveram envolvidos, com seis outros parceiros europeus, em quatro contratos de cooperação em investigação e desenvolvimento, que contaram com um contributo da UE de cerca de 218 mil contos.



Educação e formação profissional

A maior parte dos cerca de 4,5 milhões de contos atribuídos, entre 1991 e 1993, pelo FSE à Região Autónoma dos Açores foi investida em acções de formação profissional, que abrangeram mais de 23 mil formandos. A maioria das acções foi dirigida para a reciclagem de activos empregados e incidiu nomeadamente na área da informática.

Em 1992 e 1993, a Universidade dos Açores, Ponta Delgada, participou em quatro projectos do programa ERASMUS nas áreas da agricultura, línguas, ciências naturais e ciências sociais: 23 alunos frequenta-

ram estabelecimentos de ensino no estrangeiro, sobretudo em Espanha e em França, e esta Universidade recebeu 36 estudantes de Estados-membros da UE, cerca de metade dos quais espanhóis.

Na Região Autónoma foram também aplicados um projecto EUROTECNET — destinado a melhorar as qualificações de gestores e estudantes para responder às necessidades da indústria do turismo — e três projectos do programa de intercâmbio juvenil "Juventude para a Europa". Estes últimos projectos envolveram mais de 110 jovens e contaram com um orçamento total de 2.627 contos.



MORADAS ÚTEIS

Lista dos Eurogabinetes e dos CDEs, incluindo Forum Picoas e info point da Bertrand e dos dois centros da Caixa

EUROGABINETES

Associação Industrial Portuguesa

Exponor, Leça da Palmeira – 4450 MATOSINHOS
Tel. (02) 996 15 80/1/2/3/4/5/6 - Fax: (02) 995 60 39
Resp. Dr. Pedro Capucho

Associação Industrial do Distrito de Aveiro

Av. Dr. Lourenço Peixinho, 146, 5.º-A - Apartado 584 – 3808 AVEIRO CODEX
Fax: (034) 240 93 - Resp. Eng.º Matos Rodrigues

Comissão Coordenação da Região Centro

Rua Bernardino Ribeiro, 80 – 3800 COIMBRA
Tel. (039) 71 14 36 - Fax: (039) 72 37 57

Banco de Fomento e Exterior

Av.º Casal Ribeiro, 59, 15.º – 1000 LISBOA
Tel. (01) 356 10 71 - Fax: (01) 54 85 71
Resp. Dr. Vasco Corregedor da Fonseca

Caixa Geral de Depósitos

Av. João XXI, 63, 5.º - Apartado 1795 – 1017 LISBOA CODEX
Tel. (01) 790 50 08 / 790 53 89 - Fax: (01) 790 50 97
Resp. Dr.ª Maria José Constâncio

Associação Industrial Portuguesa

Praça das Indústrias
1399 LISBOA CODEX
Tel. (01) 363 94 58 - Fax: (01) 364 67 86
Resp. Dr. Pedro Vila Franca

IAPMEI

Rua do Valasco, 19-C – 7000 ÉVORA
Tel. (066) 211875/6 - Fax: (066) 29 781
Resp. Dr. António Cebola

Comissão de Coordenação da Região do Algarve

Praça da Liberdade, 2 – 8000 FARO
Tel. (089) 80 27 09 - Fax: (089) 80 66 87

Associação Comercial e Industrial do Funchal

Av. Arriaga, 41 – 9000 FUNCHAL
Tel. (091) 23 01 37/8 - 23 01 87 - Fax: (091) 22 20 05
Resp. Dr. Rui Jervis

Norma / Açores

Rua António Joaquim Nunes da Silva, 55 – 9500 PONTA DELGADA
Tel. (096) 62 93 02 / 62 68 08 - Fax: (096) 24 286
Resp. Prof. Monteiro da Silva

CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO EUROPEIA

Universidade do Minho

Escola Superior de Economia e Gestão, Sala 225 – Gualtar – 4700 BRAGA
Tel. (053) 67 63 94 - Fax: (053) 67 63 75
Prof. Responsável Rui Rodrigues
Bibliotecário Responsável: Dra. Irene Rodrigues

Universidade do Porto

Av. da Boavista, 1311-6.º – 4100 PORTO
Tel. (02) 69 70 86 - Fax: (02) 606 43 03
Prof. Responsável: José Ângelo Barbosa
Bibliotecário Responsável: Dra. Pilar Saavedra

Universidade de Coimbra

Rua de Aveiro, 11, 11.º – 3000 COIMBRA
Tel. (039) 2 59 54 - Fax: (039) 3 39 29
Prof. Responsável: António Ferres Correia
Bibliotecário Responsável: Dra. Saudade Miranda

Universidade Católica Portuguesa

Edifício João Paulo, II – Calçada da Palma de Cima – 1600 LISBOA
Tel. (01) 726 81 90 - Fax: (01) 727 14 16 / 727 02 56
Prof. Responsável: Ernâni Rodrigues Lopes
Bibliotecário Responsável: Dra. Ivone Moreira

Universidade Técnica de Lisboa

Rua Miguel Lupi, 20 – 1200 LISBOA
Tel. (01) 397 82 07 - Fax (01) 395 57 48
Prof. Responsável: Caetano Cruz Vidal
Bibliotecário Responsável: Dra. Helena Sinuca de Quadros

Universidade Nova de Lisboa

Faculdade de Economia
Trav. Estêvão Pinto (Campolide) – 1000 LISBOA
Tel. (01) 69 36 24 - Fax: (01) 387 11 05
Bibliotecário Responsável: Dra. Lútegarda Nunes

Faculdade de Direito de Lisboa

Alameda das Universidades
Cidade Universitária – 1600 LISBOA
Tel. (01) 793 15 66 - Fax: (01) 795 03 03
Prof. Responsável: Paulo Pitta e Cunha
Bibliotecário Responsável: Dra. Maria da Luz Antunes

INA - Instituto Nacional de Administração

Palácio dos Marqueses de Pombal – 2780 OEIRAS
Tel. (01) 441 32 31 - Fax: (01) 443 27 50
Prof. Responsável: Fraústo da Silva
Bibliotecário Responsável: Dra. Vera Batalha

Universidade dos Açores

Rua Mãe de Deus – 9502 PONTA DELGADA CODEX
Tel. (096) 65 31 55 / 65 20 89 – Ext. 219
Fax: (096) 65 30 70
Bibliotecário Responsável: Dra. Maria da Graça Choroão de Almeida Lima Correia

Universidade de Évora

Largo dos Colegiais, 2 – 7000 ÉVORA
Tel. (066) 2 84 30 - Fax: (066) 2 07 75
Prof. Responsável: António Covas
Bibliotecário Responsável: Dr José Manuel Caetano

Universidade Lusíada

Rua da Junqueira, 194 – 1300 LISBOA
Tel. (01) 363 99 44 / 363 80 48 / 863 82 32
Fax: (01) 363 83 07
Prof. Responsável: Fernando Reboredo Seara
Bibliotecários Responsáveis: Dra. Madalena Fernandes
Dr. Helder Machado

Colégio Universitário Pio XII

Av. Forças Armadas – 1699 LISBOA CODEX
Tel. (01) 76 71 46 / 76 71 47/8/9
Resp. Padre Joaquim António de Aguiar

Instituto Politécnico de Castelo Branco

Rua São Jorge de Deus, n.º 25-3.º – 6000 CASTELO BRANCO
Tel. (072) 2 21 26 / 2 21 28 - Fax: (072) 33 18 74
Prof. Responsável: Virgílio Pinto de Andrade
Bibliotecário Responsável: Dra. Maria da Conceição Baptista

Universidade da Beira Interior

Rua Marquês d'Ávila e Bolama – 6200 COVILHÃ
Tel. (075) 31 42 07 - Tel. 32 77 70/1
Prof. Responsável: Felisberto Reigado
Bibliotecário Responsável: Dra. Sílvia Sousa

Outros centros de informação em funcionamento ou em via de...

Forum Picoas

Loja APECO - Forum Picoas, Piso O, sala 12
Av. Fonstes Pereira de Melo, 38-C, 40-A – 1000 LISBOA
Tel. (01) 315 10 37 - Ext. 2911 - Fax: (01) 54 50 11

Câmara Municipal de São Vicente

Biblioteca Municipal – 9240 SÃO VICENTE
Tel. (091) 84 21 35 - Fax: (091) 84 26 66



A coesão inter-regional é uma das preocupações desde sempre associada ao processo de construção europeia.

O objectivo da presente brochura é duplo: apresentação, nas suas grandes linhas, dos princípios e políticas acordados no quadro das acções regionais da União; divulgação dos principais programas e projectos empreendidos no período 1989/93 na zona geográfica a que a brochura diz respeito.

Por razões práticas foi decidido cobrir o território nacional por meio de três brochuras - Portugal Continental, Açores e Madeira. Uma palavra especial de agradecimento vai para os organismos nacionais (Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional, Comissões de Coordenação Regional no Continente, Gabinete do Subsecretário Regional da Cooperação Externa da R.A. dos Açores e Direcção Regional para os Assuntos das Comunidades Europeias da R.A. da Madeira), sem cuja colaboração teria sido impossível levarmos a cabo este trabalho.